Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Globex Utilidades S.A., diretamente ou através de suas subsidiárias, ("Companhia" ou "Globex") atua basicamente no segmento varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e *e-commerce*, sob as marcas: "Ponto Frio", "Casas Bahia", "Ponto Frio.com", "Extra.com" e "Casas Bahia.com". Sua sede social está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia atua também: (i) no comércio pelo canal de televendas para pequenos e médios varejistas, além de soluções B2B; (ii) financiamento das vendas a prazo conduzidas pela Companhia e por outras sociedades do Grupo Pão de Açúcar ("CBD" ou "GPA"), por meio de carteira de crédito da sua coligada, Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") . A FIC também opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial e de investimento.

Fundada em 1946, a Companhia em 31 de dezembro de 2011 operava com 945 lojas, sendo 401 operando sob a bandeira Ponto Frio e 544 sob a bandeira Casas Bahia, presente em quase todo território brasileiro, contando ainda com uma infra-estrutura logística com 15 Centros de Distribuição.

a) Reorganizações Societárias

(i) Associação com Casas Bahia

Em 4 de dezembro de 2009, o acionista controlador Companhia Brasileira de Distribuição (GPA) e os sócios controladores de Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") celebraram um Acordo de Associação visando à integração dos seus negócios do setor de varejo de bens duráveis, assim como a unificação dos negócios de comércio eletrônico de bens duráveis.

Em 1º de julho de 2010, o GPA e a Globex celebraram com CB e seus sócios controladores um aditivo ao Acordo de Associação. Em referido aditivo, as partes reviram certas condições para a associação entre Globex e CB ("Associação"), bem como definiram as etapas necessárias para sua implementação.

As partes submeteram conjuntamente ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência as condições da Associação, nos termos originalmente acordados e, conforme fato relevante divulgado pelas partes em 3 de fevereiro de 2010, firmaram naquela data Acordo Provisório de Reversibilidade da Operação (APRO) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Outrossim, em 06 de julho de 2010, as partes comunicaram ao CADE a celebração do mencionado aditivo.

Em 9 de novembro de 2010, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, na qual todas as deliberações necessárias para a conclusão e implementação da Associação foram aprovadas, incluindo: (i) um aumento de capital realizado por GPA no montante de R\$755.520 representado por: ativos líquidos da operação de eletro-eletrônicos de GPA, estabelecida pela bandeira "Extra Eletro", no montante de R\$89.826, aplicações financeiras no montante de R\$290.143 e recebíveis de GPA no montante de R\$375.550; e (ii) um aumento de capital no montante de R\$1.468.900 (incorporação de ações de Nova Casa Bahia S.A.("NCB")). Com isso, os sócios controladores de CB passaram a ser titulares de ações de emissão de Globex, representativas de 47,00% do seu capital social total e o GPA passou a ser titular de ações representativas de 52,41% do capital social total da Globex. Foram também incorporados os efeitos de R\$273.528 referente aos prejuízos de NCB entre 30 de junho e 31 de outubro de 2010. NCB foi consolidada nas demonstrações financeiras de Globex a partir de 1º de novembro de 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas--Continuação

- a) Reorganizações Societárias--Continuação
 - (i) Associação Casas Bahia--Continuação

Adicionalmente, Globex permaneceu como acionista controlador de Nova Pontocom, sendo em 31 de dezembro de 2011, titular de ações ordinárias representando 50,10% do seu capital social, GPA passou a ser titular, direta e indiretamente, de ações representando 39,05% do capital social total de Nova Pontocom e alguns de seus executivos passaram a ser titulares das ações remanescentes, correspondentes a 10,85% do capital social total de Nova Pontocom.

Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano formal para o fechamento de 88 lojas da bandeira Ponto Frio, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração de Defesa Econômica ("CADE") conforme requerido pelo Acordo de Prevenção da Reversibilidade da Operação ("APRO"). Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia comunicou os envolvidos (funcionários, proprietários das lojas, fornecedores, entre outros) e realizou provisão para fechamento de lojas no montante de R\$34.000, sendo R\$20.000 referente ao valor liquido dos ativos fixos e R\$14.000 referente a outras despesas relacionadas ao fechamento.

(ii) Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (anteriormente denominada PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A.)

Em 15 de abril de 2010, o GPA, Nova Pontocom, German Pasquale Quiroga Vilardo, Eduardo Khair Chalita, Renato Guillobel Drumond e Eduardo Valente de Castro celebraram o Acordo de Transição, segundo o qual as partes regularam, de forma preliminar e transitória, a integração da unidade de negócios de comércio eletrônico denominada "Extra.com", de propriedade do GPA, nas atividades conduzidas pela Nova Pontocom, com vigência de 6 (seis) meses, a partir da data de sua assinatura, com previsão de renovação automática pelo mesmo período, ou até a implementação da integração definitiva, o que ocorresse primeiro.

Em 8 de novembro de 2010, os acionistas da Nova Pontocom, reunidos em assembleia geral, aprovaram o aumento de capital social da companhia mediante o aporte da unidade de negócios Extra.com. Dessa forma, a Nova Pontocom passou a integrar em definitivo as operações do Extra.com e, consequentemente, foi encerrada a vigência do Acordo de Transição. Na mesma data, a E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A., empresa que tem como objetivo prestar serviços na área de comércio eletrônico, passou a ser uma subsidiária integral da Nova Pontocom.

Por fim, em 9 de novembro de 2010, a Nova Pontocom integrou à sua operação, o site de comércio eletrônico denominado CasasBahia.com, mediante a celebração de contrato de licença de uso de marcas entre NCB e Nova Pontocom. Dessa forma, foi implementada a integração definitiva entre as plataformas Extra.Com, PontoFrio.com e CasasBahia.com.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas em consonância em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis...

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2012.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Para melhor apresentação e comparabilidade alguns saldos de 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de lojas, entre outros não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Participação nos investimentos (%)

- I al tiolpagae floor	·	2.2011	31.1	12.2010
		Participação	-	Participação
Investimentos	Globex	indireta	Globex	indireta
Subsidiárias:				
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	100,00%	-	100,00%	-
Rio Expresso Com. Atacadista de Eletrodomésticos Ltda. ("RIO")	100,00%	-	100,00%	-
Lake Niassa Empreendimentos e Participações ("LAKE")	100,00%	-	100,00%	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. ("PFAB")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Sabara S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. ("PCRED")	99,50%	0,50%	99,50%	0,50%
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	50,10%	-	50,10%	-
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	100,00%	-	100,00%	-
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	99,90%		99,90%	-
Casas Bahia Contact Center Ltda.	0,01%	99,99%	-	100,00%
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.	-	50,1%	-	50,1%
Globex – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")	15,00%		12,50%	-
Ponto Frio Leasing S.A.	-	50,00%	-	50,00%
Nova Experiência Pontocom S.A. ("Nova Experiência") (b.1)	-	100,00%	-	-
Associadas e Joint Ventures				
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	-	25,00%	-	25,00%
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC")	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	50,00%	-	50,00%
FIC Promotora de Vendas	-	14,24%	-	14,24%

b) Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as subsidiárias nas quais a controladora exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação a partir da data em que esse controle é perdido.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre empresas do grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre empresas do grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação—Continuação

b) Subsidiárias -- Continuação

b.1) Nova Experiência

Companhia constituída em 06 de dezembro de 2011, e tem por objeto social o desempenho de atividades próprias de agência de viagens e turismo. Em 31 de dezembro de 2011 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$10, dividido em 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A subsidiária Nova Pontocom é detentora de 100% das ações da Companhia.

c) Associadas - BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, sendo ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Globex, resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco com o GPA e a Globex são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma companhia na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle. O poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Banco Itaú-Unibanco ("Itaú-Unibanco").

Segundo o método da equivalência patrimonial, o investimento na associada é contabilizado pelo custo, refletindo ainda as alterações da participação da Companhia no patrimônio líquido da associada posteriores à aquisição.

A demonstração do resultado do exercício reflete a parcela dos resultados das operações da associada. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio da associada, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e a evidencia, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e a associada são eliminados na medida da participação na associada.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do exercício como resultados de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuível aos acionistas da associada, relacionada, portanto, ao lucro depois dos impostos e participações de acionistas não controladores nas subsidiárias das associadas. As demonstrações financeiras das associadas são elaboradas para a mesma data de encerramento da controladora. Quando necessário, são feitos ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento na associada não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do exercício.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre a associada, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil da associada, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação—Continuação

d) Participação em joint venture - Bartira

A Companhia possui participação indireta em uma *joint venture* controlada em conjunto, denominada Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira"), na qual os participantes (Globex, por meio de sua subsidiária Nova Casa Bahia S.A. ("NCB"), com 25%, e a família Klein, por meio da Casa Bahia Comercial Ltda. com 75%) formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras consolidadas sua participação na *joint venture* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint venture* com itens semelhantes – linha a linha – em suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint venture* são preparadas para o mesmo período adotado pela Companhia.

Demonstramos abaixo as demonstrações financeiras condensadas da sociedade controlada em conjunto pela Companhia:

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante Ativo não circulante Total do ativo	130.564 60.258 190.822	109.120 64.836 173.956
Passivo circulante Passivo não circulante Patrimônio líquido Total do passivo e patrimônio líquido	87.216 1.177 102.429 190.822	80.288 5.858 87.810 173.956
Resultado (i): Receita líquida de vendas e prestação de serviços Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda Lucro (prejuízo) do exercício	473.838 23.387 14.619	71.188 (2.528) (1.880)

⁽i) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2010 incluem os resultados de dois meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia celebra o contrato. Quando reconhecidos, são registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada espécie de ativo ou passivo financeiro.

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros, mantidos pela Companhia e incluídos no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge. A Companhia define a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de investimentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são somados aos custos da transação diretamente atribuíveis.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Os ativos financeiros são classificados pelo valor justo no resultado se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo, com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras. São classificados nesta categoria o caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia;

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- a) Instrumentos financeiros--Continuação
 - (i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos; e
- Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transferiu seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é reconhecido na medida da continuidade do envolvimento da Companhia nesse ativo.

Nesse caso, a Companhia reconhece também um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia verifica se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimento mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício consolidada. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- a) Instrumentos financeiros--Continuação
 - (i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quanto aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia, em primeiro lugar, verifica se há evidência objetiva de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não –, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Caso haja evidência objetiva da ocorrência da perda do valor recuperável, o valor da respectiva perda é calculado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente do fluxo de caixa estimado (excluindo perdas de crédito estimadas e ainda não incorridas). O valor presente do fluxo de caixa estimado é descontado à taxa de juros original dos ativos financeiros. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, o desconto para mensurar eventuais perdas do valor recuperável será a taxa de juros efetiva à data presente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita financeira continua a ser acumulada sobre o valor contábil reduzido à taxa de juros utilizada para descontar fluxo de caixa futuro a fim de mensurar a perda do valor recuperável. Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Caso, no exercício subsequente, a perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- a) Instrumentos financeiros--Continuação
 - (i) Ativos financeiros--Continuação

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros (TEJ), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização da TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício em despesas financeiras.

A Companhia securitiza suas contas a receber por meio da sociedade de propósito específico, GlobexFIDC. (Vide nota explicativa 10).

O contas a receber oriundo de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, ações de marketing, reembolsos de custo de frete, etc.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos ou financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração depende da classificação dos passivos, conforme segue:

Empréstimos e financiamentos: Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- a) Instrumentos financeiros--Continuação
 - (ii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento de passivo financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é informado nos balanços patrimoniais, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A nota explicativa 19 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

b) Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente re-mensurados pelo valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge* o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os períodos dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Contabilização de hedge--Continuação

Os hedges que satisfazem aos critérios de contabilização de hedge são contabilizados, para as transações mantidas pela Companhia, como hedge de valor justo, seguindo os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrado como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
- Com relação aos hedges de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do período restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo sê-lo, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido.
- Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo n\u00e3o amortizado \u00e9 reconhecido imediatamente no resultado.
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DIxlene, índices divulgados pela BM&FBovespa e os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

c) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o CPC 03 (IAS 7), o caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo.

d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos não circulantes, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "resultado financeiro".

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("impairment test") tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização afim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, "exceção feita ao teste de recuperação de impostos diferidos", adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("CAPM"), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida, "exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros", se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente.

Caso em período futuro o ativo tenha o seu valor aumentado após uma nova avaliação de recuperação, haverá necessidade da reversão da provisão inicialmente constituída, "exceção ao *impairment* de ágio que uma vez constituída, não poderá mais ser revertida". A reversão da provisão esta limitada ao custo inicial do bem, líquido da depreciação e/ou amortização acumuladas. Essa reversão é reconhecida no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Categoria de ativos	Taxa de depreciação anual
Edifícios	2,50%
Benfeitorias	4,17%
Equipamentos de informática	10,00% a 50,00%
Instalações	4,17% a 10,00%
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%
Veículos	20,00%
Máguinas e equipamentos	2,78% a 50,00%
Decoração	20,00%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado.

h) Custos de captação de empréstimos

Os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas no exercício em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia incorre em função da captação de recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado do exercício quando incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, ágio e fundo de comércio.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida, que é dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa do ativo.

j) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes, líquidos por entidade consolidada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil ou contendo um arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacionais quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas do arrendamento mercantil (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

I) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão — como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro — o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada na demonstração do resultado do exercício, líquida do eventual reembolso.

m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos em lei. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

n) Receita antecipada

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas, e reconhecidas ao resultado pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

o) Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do capital dos acionistas da Companhia, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no capital aos acionistas da Companhia. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores do Grupo) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esta é tratada como se fosse totalmente adquirida na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (Vide nota explicativa 29).

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado pelo método das ações em tesouraria, conforme segue:

- numerador: lucro do exercício; e
- denominador: número de ações ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

r) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia receberá benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- r) Apuração do lucro líquido -- Continuação
 - (i) Receita--Continuação

b) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

(ii) Lucro bruto

O lucro bruto corresponde à diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidas de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) Despesas de vendas

As despesas de venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção etc.

(iv) Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e funções financeiras.

(v) Outras despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício, adotada pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Apuração do lucro líquido--Continuação

(vi) Resultado financeiro

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem, substancialmente os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos.

s) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, na data do balanco, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido referente à diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Tributação -- Continuação

Imposto de renda diferido -- Continuação

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma companhia contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Outros Impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, e são apresentadas como deduções das vendas no resultado do exercício.

Os valores a recuperar derivados do ICMS sobre substituição tributária e PIS e COFINS não cumulativos são deduzidos do custo das mercadorias vendidas.

Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Tributação -- Continuação

Outros Impostos -- Continuação

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é
 recuperável junto à autoridade fiscal nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como
 parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O
 valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como
 parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

t) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa física distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais se o fundo não dispuser de ativos suficientes para pagar a todos os funcionários os benefícios referentes ao tempo de serviço no exercício atual e nos exercícios anteriores. Vide nota explicativa 30.

5. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

IFRS 7 — Instrumentos Financeiros — Divulgação — A alteração da norma busca promover a transparência na divulgação das transações de transferência de ativos financeiros, melhorar o entendimento por parte do usuário sobre a exposição ao risco nessas transferências, e o efeito desses riscos no balanço patrimonial, particularmente aqueles envolvendo securitização de ativos financeiros.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui o SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contêm três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes -- Continuação

IFRS 11 – Joint Ventures - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com a norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As joint ventures devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS para aplicação após 31 de dezembro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 1 <u>Apresentação de demonstrações financeiras</u> Apresentação de itens de Outros resultados abrangentes;
- IAS 12 <u>Impostos sobre a renda</u> Esclarece a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades para investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS40 Propriedade para investimento, deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda;
- IAS 19 <u>Benefícios aos empregados</u> Engloba desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação;
- IAS 27 <u>Demonstrações financeiras separadas</u> Como conseqüência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado; e
- IAS 28 <u>Investimentos em coligadas</u> Como conseqüência da aplicação futura das IFRS 11 e
 12, a norma passa a ser IAS28 Investimentos em Associadas, *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimento em *joint ventures*, além do investimento em associadas.

A Companhia aprofundará seus estudos, na adoção desses pronunciamentos e interpretações, entretanto, não espera eventuais efeitos significativos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a) Compromissos de arrendamento mercantil financeiro - A Companhia como arrendatária

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

b) Redução ao valor recuperável - "Impairment"

A Companhia avaliou se havia indícios de ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não foram identificados indícios ou fatos para uma nova avaliação.

Estimativas e premissas

a) Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis conseqüências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva companhia.

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia e suas subsidiárias totalizam um benefício fiscal de R\$275.658 em 31 de dezembro de 2011 (R\$286.181 em 31 de dezembro de 2010). Esses prejuízos não têm prazo prescricional e referem-se a Companhia e subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para realização deste montante nos próximos exercícios.

A nota explicativa 21 fornece outros detalhes sobre impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

Estimativas e premissas -- Continuação

b) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo CPC 38 (IAS 39), a qual determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, benchmarking do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídos do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

c) Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo das transações com empregados liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Os recursos em aplicações financeiras em caixa e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

		Controladora		Consc	olidado
-	Taxa *	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e contas bancárias		26.379	23.965	266.178	233.584
Aplicações financeiras:					
Bradesco	100,56%	-	-	712.026	38.851
Itaú BBA	99,51%	165.791	45.729	173.784	1.058.961
Banco Real	100,90%	-	467	-	467
Safra	101,09%	1.893	3.901	154.479	3.901
Santander	100,99%	565	93	89.425	93
Votorantim	105,80%	2.125	2.353	3.638	6.228
Banco do Brasil	100,30%	80	-	8.632	_
Aplicações automáticas (a)	20,00%	3.785	9.069	16.453	9.069
Rabobank	· -	-	81	-	81
HSBC Private Bank	102,50%	-	-	996	906
Banrisul	30,59%	157	149	157	149
		200.775	85.807	1.425.768	1.352.290

^{*}Taxa média do CDI

8. Títulos e valores mobiliários

		Consolidado
_	Taxas*	31.12.2010
Banco do Brasil Santander Safra	100,30% e CDB 100,20% 101,00% 101,00%	315.332 190.307 102.363 608.002
Circulante Não circulante *Taxa média do CDI		600.613 7.389

Desde 30 de junho de 2011 as aplicações financeiras da Companhia não apresentam restrições para movimentação. Essas operações foram reclassificadas para caixa e equivalentes de caixa.

⁽a) Refere-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada a taxa do DI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber

Controladora		Consolidado		
31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	
63.101	15.272	197.248	65.959	
378	5.101	49.106	13.233	
7.981	17.296	29.314	17.296	
-	-	1.959.768	879.620	
-	-	25.606	619.541	
(13)	(2.863)	(210.793)	(171.411)	
6.Ì3Ź	101.91Ś	1.377.054	`492.842	
-	-	(10.822)	(7.062)	
189	32.362	27.089	66.774	
77.768	169.083	3.443.570	1.976.792	
-	-	117.783	85.597	
-	-	-	29.835	
-	-	(6.998)	(8.063)	
	-	110.785	107.369	
	31.12.2011 63.101 378 7.981 - (13) 6.132 - 189	31.12.2011 31.12.2010 63.101 15.272 378 5.101 7.981 17.296	31.12.2011 31.12.2010 31.12.2011 63.101 15.272 197.248 378 5.101 49.106 7.981 17.296 29.314 - - 1.959.768 - - 25.606 (13) (2.863) (210.793) 6.132 101.915 1.377.054 - - (10.822) 189 32.362 27.089 77.768 169.083 3.443.570 - - 117.783 - - (6.998)	

a) Administradores de cartão de crédito

As vendas por cartão de crédito são recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de eletrodomésticos com vencimento em parcelas de até 18 meses.

A Companhia vende ou desconta seus recebíveis de cartões de crédito a bancos ou administradoras de cartões de crédito para obter capital de giro.

b) Administradora de cartões de débito

As vendas por cartão de débito são recebíveis de cartões de débito referentes à venda de eletrodomésticos e móveis nas lojas da Companhia e sua subsidiária NCB.

As administradoras disponibilizam esses montantes no dia posterior (D+1) após a realização da venda por cartão de débito nas lojas da Companhia e sua subsidiária NCB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes--Continuação

c) Financiamento ao consumidor

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI), que podem ser parcelados em até 24 meses, principalmente na subsidiária Nova Casa Bahia (NCB).

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações. Vide nota explicativa 18.

c.1) Financiamento ao consumidor - Banco Bradesco

Até novembro de 2010, a subsidiária NCB mantinha um acordo operacional com o Banco Bradesco ("Bradesco"), por intermédio de sua subsidiária Finasa, para a concessão de financiamento aos seus clientes com o objetivo de viabilizar a aquisição de mercadoria em suas lojas. Em decorrência dos financiamentos concedidos aos clientes, a NCB recebe o valor principal financiado pelo Bradesco no primeiro dia útil seguinte a data da venda.

Neste acordo, a NCB é responsável pela cobrança extrajudicial dos clientes inadimplentes, arcando com os correspondentes custos. Passados 45 dias do vencimento inicial das parcelas inadimplentes, a NCB adquire o crédito mediante cessão. Neste contexto, conforme requerimentos determinados no CPC 38 (IAS 39) — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os riscos e benefícios atrelados ao contas a receber cedido ao Bradesco não são substancialmente transferidos a contraparte, sendo este reconhecido no balanço patrimonial da NCB, com contrapartida à rubrica "Empréstimos e Financiamentos".

Os saldos em aberto desses recebíveis de responsabilidade da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$25.606 (R\$649.376 em 31 de dezembro 2010).

d) Contas a receber - FIDCs

A Companhia realiza operações de securitização de seus direitos creditórios representados substancialmente por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com o Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Globex FIDC"). O volume de operações foi de R\$3.802.184 em 31 de dezembro de 2011 (R\$390.682 em 31 de dezembro de 2010), no qual foi retida a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos na securitização desses títulos foram de R\$153.373 (R\$14.598 em 31 de dezembro de 2010), reconhecidos como despesas financeiras no resultado do exercício.

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Os saldos em aberto desses recebíveis no Globex FIDC em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.377.054 (R\$492.842 em 31 de dezembro de 2010), líquidos de provisão para perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes--Continuação

e) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária NCB considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 essas taxas ficaram em média de 0,97% (0,86% em 31 de dezembro de 2010).

f) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controla	dora	Consoli	dado
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
No início do exercício	(2.863)	(4.980)	(179.474)	(7.521)
Provisão para devedores duvidosos	(3.190)	(5.581)	(268.725)	(572.408)
Recuperação e baixas de provisões	6.040	7.698	230.408	400.455
No final do exercício	(13)	(2.863)	(217.791)	(179.474)
Circulante Não circulante	(13)	(2.863)	(210.793) (6.998)	(171.411) (8.063)

			Vencidos e parcialmente provisionados para perda				
	Total	A vencer	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias	
31.12.2011	3.554.355	3.414.680	78.850	30.073	19.453	11.299	
31.12.2010	2.084.161	1.842.780	172.824	13.387	50.705	4.465	

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis

O Globex FIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído para fins de aquisição das contas a receber de clientes da Companhia e de suas subsidiárias, NCB e Nova Pontocom, (principalmente de cartão de crédito), resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes. O fundo foi constituído em 26 de maio de 2010 e tem prazo de duração definida, encerrando-se em 11 de novembro de 2013.

A estrutura de capital do fundo em 31 de dezembro de 2011 é composta de 11.666 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.184.522 (R\$1.184.387 em 31 de dezembro de 2010), representando 85% do patrimônio do fundo (87,5% em 31 de dezembro de 2010), e 1.910 quotas subordinadas (1.691 quotas em 31 de dezembro de 2010), detidas pela Companhia e suas subsidiárias, no valor de R\$209.068 (R\$169.332 em 31 de dezembro de 2010), representando 15% do patrimônio do fundo (12,5% em 31 de dezembro de 2010).

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estão registradas no ativo não circulante, como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$209.068 em 31 de dezembro de 2011 (R\$169.332 em 31 de dezembro de 2010). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

As taxas de juros das quotas seniores estão demonstradas abaixo:

		31.12.2	31.12.2010			
Quotistas	Quantidade	Taxa do CDI	Saldo a resgatar	Taxa do CDI	Saldo a resgatar	_
Sênior - 1ª série	11.666	107.75%	1.184.522	107.75%	1.184.387	

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a Companhia e o Globex FIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Lojas	446.593	418.508	1.595.818	1.012.815
Centrais de distribuição	240.104	193.874	1.237.530	1.429.432
Bonificações em estoques	(20.225)	-	(63.532)	(2.951)
Provisão para obsolescência/quebra	(16.315)	(9.963)	(58.139)	(30.717)
Almoxarifado	-	3.606	-	3.606
Ajuste a valor presente	-	-	(23.538)	(8.639)
	650.157	606.025	2.688.139	2.403.546

A Companhia apropria a resultado as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza. As bonificações em estoque na Controladora e Consolidado recebidas e não realizadas totalizam R\$20.225 e R\$63.532, respectivamente (R\$2.951 em 31 de dezembro de 2010). Além disso, a Companhia e suas subsidiárias efetuam provisões para obsolescência (baixo giro) e quebras de estoque totalizando R\$58.139 (R\$30.717 em 31 de dezembro de 2010).

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores.

12. Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar referem-se a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") a recuperar:

	Contro	Controladora		lidado
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Circulante				='
ICMS	49.960	176.604	136.410	229.915
PIS/COFINS	22.726	56.899	157.451	118.351
Imposto de renda e contribuição social	9.234	7.694	111.700	87.225
INSS	-	167	43.748	1.701
ISS	-	-	89	70
IPI	-	-	552	3.363
Ajuste a valor presente	-	-	(542)	(740)
	81.920	241.364	449.408	439.885
Não circulante				='
ICMS	150.031	53.207	691.344	71.063
PIS/COFINS	10.830	19.171	10.830	19.170
Ajuste a valor presente	-	-	(3.716)	(3.980)
	160.861	72.378	698.458	86.253
Total de impostos a recuperar	242.781	313.742	1.147.866	526.138
	·			_

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar -- Continuação

A realização total desse valor nos próximos cinco anos ocorrerá conforme indicado a seguir:

Exercício social	Consolidado
2012	136.410
2013	242.300
2014	212.000
2015	114.400
2016	122.644
	827.754

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ICMS, considerando a expectativa futura de compensação de débitos oriundos das operações da Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

13. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Contas a receber referente venda de ativo imobilizado (i)	14.867	18.103	50.423	50.094
Publicidade cooperada com fornecedores	12.210	3.186	50.617	20.539
Adiantamentos a fornecedores	2.054	22.289	3.387	44.656
Contas a receber relativo a créditos não				
homologados (ii)	30.690	29.922	30.690	29.922
Contas a receber de operações virtuais	-	1.099	-	1.099
Sinistros a receber (iii)	24.161	24.374	47.807	40.613
Contas a receber serviços prestados	276	3.703	276	3.703
Empréstimos a funcionários	225	-	11.925	-
Outros	614	9.477	12.409	12.999
	85.097	112.153	207.534	203.625
		04.050		
Circulante	70.495	94.050	172.954	185.416
Não circulante	14.602	18.103	34.580	18.209

- (i) Contas a receber, na Controladora, refere-se à venda, ocorrida em março de 2008, do saldo remanescente, equivalente a 32,84%, da área pertencente ao Centro de Distribuição (CD), localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). No Consolidado inclui a venda de outros ativos da Companhia.
- (ii) A Companhia efetuou em 2007 a compra de créditos de PIS/COFINS para serem compensados com passivos tributários. Como os referidos créditos não foram homologados pelas autoridades fiscais, a Companhia será ressarcida pela empresa vendedora em 92% do montante pago conforme previsto contratualmente.
- (iii) Valores a receber pela Companhia da empresa seguradora basicamente em função do incêndio ocorrido em um dos centros de distribuição da Companhia e ressarcimento de fretes decorrentes de cargas sinistradas de suas subsidiárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

i) Vendas e compras de mercadorias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Clientes				
Nova Casa Bahia S.A.	6.204	-	-	-
	6.204	-	-	-
Fornecedor				
Sendas Distribuidora Ltda.	-	(614)	-	(614)
Nova Casa Bahia S.A.	(391.770)	(227.208)	-	-
	(391.770)	(227.822)	-	(614)
Vendas				
Nova Casa Bahia S.A.	12.147	-	-	-
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.	5.531	-	-	-
	17.678		-	
<u>Compras</u>				
Companhia Brasileira de Distribuição	(1.619)	-	(1.619)	-
Nova Casa Bahia S.A.	(1.236.259)	-	-	-
Sendas Distribuidora Ltda.	(387)	(2.098)	(387)	(2.098)
	(1.238.265)	(2.098)	(2.006)	(2.098)

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

ii) Outras operações

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<u>Ativo</u>				
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	3.634	32.923	3.634	32.925
Globex Administração de Consórcio Ltda.	1	2.083	1	8
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	-	150	-	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.	4.948	1.234	-	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (b)	3.371	3.279	-	-
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (e)	163.743	79.574	178.492	90.276
Sé Supermercados Ltda. (b)	282.951	316.115	282.951	316.115
Novasoc Comercial Ltda. (b)	58.703	65.582	58.703	65.582
Casas Bahia Comercial Ltda.(e)	-	7	55.243	120.789
Nova Casa Bahia S.A.	45.235	-	-	-
Outros	1.884	1.876	7	2.658
Total do ativo	564.470	502.823	579.031	628.353
Circulante	168.469	423.243	182.577	547.939
Não Circulante	396.001	79.580	396.454	80.414
Passivo				
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	2.328	33.438	2,328	33.438
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	38.779	34.699	-	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (b)	13.463	12.022	_	2
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.	-		-	9.650
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c), (e)	3.971	14.026	30.530	14.026
Nova Casa Bahia S.A. (d)	391.770	245.061	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda. (e)	-	-	342	231,203
Sendas Distribuidora Ltda. (d)	-	614	•	614
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.	-		-	7
Outras	7	2	-	8.666
Total do passivo	450.318	339.862	33.200	297.606
Circulante	398.412	293.475	32.583	297.606
Não circulante	51.906	46.387	32.363 617	297.000
Nao circularite	31.900	40.307	017	-
Demonstração do resultado				
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	(3.661)	(7.030)	(3.661)	(7.030)
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	(4.061)	(3.633)	-	-
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.	(7.313)	(1.814)	-	-
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c), (e)	(17.202)	(19.936)	(17.202)	(19.936)
Nova Casa Bahia S.A. (d)	(14.887)	(367.408)	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda. (e)	-	-	(141.183)	(67.416)
Outras		(849)		(2.870)
	(47.124)	(400.670)	(162.046)	(97.252)

As operações com partes relacionadas mostradas acima são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições de mercado, sendo as principais:

a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A./Banco Investcred

O ativo está representado, principalmente, por operações de crédito direto ao consumidor decorrente de vendas a prazo, realizadas pela Companhia e financiadas pelo Banco Investcred até 30 de setembro de 2009 e após cisão pela Financeira Itaú CBD S.A. Nesta operação a Companhia recebe o valor presente das vendas a prazo em até 2 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas—Continuação

ii) Outras operações--Continuação

a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A./Banco Investcred--Continuação

O passivo está representado, principalmente, por valores a serem repassados decorrentes de prestações recebidas nos caixas das lojas da Companhia, e que serão repassadas em até 2 dias após a efetiva disponibilização dos recursos na conta da Companhia.

O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 representa principalmente: (i) ressarcimento de despesas decorrentes da utilização de infra-estrutura, principalmente, de custos e despesas comuns na proporção de seu respectivo aproveitamento, entre elas: despesas de salários de operadores de caixas, comissões na venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras de desconto de recebíveis (chamadas de "rebate financeiro"); e (iii) receita de aluquel de imóveis.

b) Contratos de mútuos com as controladas e controladora.

A Globex possui contrato de mútuo com as controladas Globex Administração de Serviços Ltda., Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda, com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição e suas controladas Sé Supermercados Ltda. e Novasoc Comercial Ltda., que são atualizados pela taxa de 109,3% do CDI.

c) Operações com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição ("GPA")

A controladora GPA, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, efetuou contratações de empresas de prestação de serviços assim como despesas com pessoal para integração e suporte às operações da Companhia, após aquisição de seu controle, sendo assim, foi considerado em seu saldo de partes relacionadas, uma obrigação com a controladora.

d) Operações de venda de mercadorias com empresas controladas e ligadas

A Companhia também efetuou operações de compra de mercadorias para revenda com a coligada Sendas Distribuidora S.A. e Nova Casa Bahia S.A. de acordo com as práticas de mercado e estão devidamente registradas compondo o saldo no balanço da controladora e consolidado.

e) Primeiro aditivo ao acordo de associação Globex, GPA e Casas Bahia

A Companhia possui um contas a receber referente ao "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Globex, GPA e Casa Bahia Comercial, que garante a Globex o direito de indenização, por GPA, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Globex a partir de 30 de junho de 2010.

Adicionalmente, a Companhia e sua subsidiária NCB tem contratos de aluguel de centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os Administradores de Casas Bahia Comercial Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas -- Continuação

ii) Outras operações--Continuação

f) Remuneração da alta administração

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), que foram registradas na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram as seguintes:

	Em relação a remuneração total							
	Salário base	Remuneração variável	Total					
Conselho de Administração (*)	501	-	501					
Conselho Fiscal	367	-	367					
Diretoria	5.784	10.638	16.422					
	6.652	10.638	17.290					

^(*) Variável de acordo com o número de participação em reunião.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos

	Controladora										
	GAC	GAS	FACT	PFAB	PCRE	Nova.com	E-hub	Lake	NCB	Outros	Total
Saldos em 31.12.2009	2.897	41.562	922	-	-	19.187	1.811	86.845	-	429	153.653
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	1.468.900	-	1.468.900
Ajuste CPC02	=	-	-	-	-	=	-	-	-	15.898	15.898
Aumento (redução) de capital	-	-	-	-	-	(589)	1.881	-	=	-	1.292
Dividendos	=	-	-	-	-	-	-	(3.900)	-	=	(3.900)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(429)	(429)
Variação cambial	=	-	-	-	-	=	-	-	-	(684)	(684)
Equivalência patrimonial	(728)	5.186	45	1.064	(372)	1.542	(1.799)	15.560	(34.416)	14	(13.904)
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	4.231	(1.893)	-	(275.865)	-	(273.527)
Transferência para passivo a descoberto	-	-	-	(1.064)	372	-	-	-	-	-	(692)
Saldos em 31.12.2010	2.169	46.748	967	-	-	24.371	-	98.505	1.158.619	15.228	1.346.607
Aumento de capital	-	-	-	-		1.237		-	-	-	1.237
Ajuste de IFRS de coligadas	-	-	-	-	-	-		(14.224)	-	-	(14.224)
Variação cambial	-	-	-	-	-	-		-	-	1.916	1.916
Recebimento de dividendos	-	-	-	-	-	-		(3.152)	-	-	(3.152)
Equivalência patrimonial	1.556	6.286	50	1.163	(30)	13.443		15.907	179.432	16	217.823
Perda de participação	-	-	-	-	-	-		-	(3)	-	(3)
Transferência para passivo a descoberto	-	-	-	(1.163)	30	-		-	-	-	(1.133)
Saldos em 31.12.2011	3.725	53.034	1.017	-	-	39.051		97.036	1.338.048	17.160	1.549.071

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos -- Continuação

	Consolidado					
	BINV	FIC	Total			
Saldos em 31.12.2009	28.147	56.762	84.909			
Adição	1.437	-	1.437			
Dividendos	-	(3.155)	(3.155)			
Equivalência patrimonial	(511)	13.310	12.799			
Perda de participação		(654)	(654)			
Saldos em 31.12.2010	29.073	66.263	95.336			
Ajuste de IFRS de coligadas	(14.223)	-	(14.223)			
Equivalência patrimonial	4.872	11.035	15.907			
Saldos em 31.12.2011	19.722	77.298	97.020			

(i) FIC

As demonstrações financeiras resumidas da FIC em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são os seguintes:

	Consolidado		
	31.12.2011	31.12.2010	
Ativo circulante	3.485.365	3.118.059	
Ativo não circulante	201.785	289.963	
Ativo total	3.687.150	3.408.022	
	·		
Passivo circulante	3.008.357	2.783.045	
Passivo não circulante	52.446	36.259	
Patrimônio líquido	626.347	588.718	
Total passivo e patrimônio líquido	3.687.150	3.408.022	
Resultados operacionais:			
Receitas	911.643	918.415	
Resultados operacionais	75.849	145.756	
Lucro líquido	77.509	93.302	

16. Imobilizado

a) Controladora

,	Saldo em 31.12.2009	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2010
Terrenos	10.609	-	-	(201)	(67)	10.341
Edifícios	15.730	1.327	(576)	(659)	19.286	35.108
Benfeitorias em imóveis de terceiros	49.467	6.121	(17.053)	(1.766)	4.596	41.365
Máquinas e equipamentos	7.890	17.780	(1.524)	(19.500)	2.399	7.045
Equipamentos de Informática	18.859	4.217	(7.269)	(6.447)	12.736	22.096
Instalações	24.949	1.932	(4.493)	(5.351)	(9.604)	7.433
Móveis e utensílios	24.166	21.298	(3.097)	(20.365)	(2.659)	19.343
Veículos	103	201	(4)	(142)	(111)	47
Imobilizado em andamento	12.819	35.912	-	(1.521)	(36.536)	10.674
Outros	6.624	-	(3.360)	1.260	6.128	10.652
	171.216	88.788	(37.376)	(54.692)	(3.832)	164.104
Arrendamento mercantil financeiro						
Veículos	1.488	392	(154)	-	(956)	770
Total	172.704	89.180	(37.530)	(54.692)	(4.788)	164.874

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado -- Continuação

a) Controladora

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Terrenos	10.341	-	-	1.263	-	11.604
Edifícios	35.108	-	(39)	141	2.353	37.563
Benfeitorias em imóveis de terceiros	41.365	15.167	(469)	(16.527)	11.690	51.226
Máquinas e equipamentos	7.045	50	(224)	412	4.200	11.483
Equipamentos de Informática	22.096	12.322	(2.488)	(2.238)	2.581	32.273
Instalações	7.433	1.692	(84)	1.067	(3.458)	6.650
Móveis e utensílios	19.343	3.399	(384)	1.385	(2.347)	21.396
Veículos	47	116	(17)	-	137	283
Imobilizado em andamento	10.674	38.199	-	-	(20.854)	28.019
Outros	10.652	-	(775)	(121)	(2.983)	6.773
	164.104	70.945	(4.480)	(14.618)	(8.681)	207.270
Arrendamento mercantil financeiro						
Veículos	770	-	(79)	(47)	(191)	453
Total	164.874	70.945	(4.559)	(14.665)	(8.872)	207.723

_	Salo	lo em 31.12.201	1	Sa	Saldo em 31.12.2010			
_	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		
Terrenos	11.604	-	11.604	10.341	-	10.341		
Edifícios	95.685	(58.122)	37.563	93.952	(58.844)	35.108		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	140.568	(89.342)	51.226	137.107	(95.742)	41.365		
Máquinas e equipamentos	14.343	(2.860)	11.483	9.765	(2.720)	7.045		
Equipamentos de Informática	46.199	(13.926)	32.273	29.614	(7.518)	22.096		
Instalações	12.274	(5.624)	6.650	14.895	(7.462)	7.433		
Móveis e utensílios	25.754	(4.358)	21.396	22.425	(3.082)	19.343		
Veículos	345	(62)	283	52	(5)	47		
Imobilizado em andamento	28.019	-	28.019	10.674	-	10.674		
Outros	20.327	(13.554)	6.773	20.071	(9.419)	10.652		
_	395.118	(187.848)	207.270	348.896	(184.792)	164.104		
Arrendamento mercantil financeiro								
Veículos	2.398	(1.945)	453	2.504	(1.734)	770		
Total	397.516	(189.793)	207.723	351.400	(186.526)	164.874		

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado -- Continuação

b) Consolidado

	Saldo em	A 11 ~	Aquisições de	B		-	Saldo em
	31.12.2009	Adições	subsidiárias	Depreciações	Baixas	Transferências	31.12.2010
Terrenos	15.103	-	-	-	(201)	(269)	14.633
Edifícios	16.961	1.327	-	(2.849)	(659)	22.977	37.757
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50.576	18.908	72.090	(17.943)	(2.117)	576	122.090
Máquinas e equipamentos	8.990	20.232	24.013	(2.077)	(8.462)	(3.184)	39.512
Equipamentos de Informática	21.442	8.301	33.407	(8.978)	(6.447)	13.897	61.622
Instalações	25.561	7.861	96.460	(6.089)	(5.351)	2.724	121.166
Móveis e utensílios	25.136	22.594	131.655	(6.311)	(20.365)	7.702	160.411
Veículos	396	5.120	139.292	(3.322)	(163)	(3.532)	137.791
Imobilizado em andamento	14.107	59.207	17.644	-	(18.946)	(50.720)	21.292
Outros	8.579	-	-	(3.361)	(5.699)	4.270	3.789
	186.851	143.550	514.561	(50.930)	(68.410)	(5.559)	720.063
Arrendamento mercantil financeiro						, ,	
Equipamentos de Informática	-	2.944	41.693	(733)	-	(1.914)	41.990
Veículos	1.488	392	14.635	(1.278)	-	223	15.460
	1.488	3.336	56.328	(2.011)	-	(1.691)	57.450
Total	188.339	146.886	570.889	(52.941)	(68.410)	(7.250)	777.513

	Saldo em					Saldo em
	31.12.2010	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	31.12.2011
_						
Terrenos	14.633	-	-	1.263	-	15.896
Edifícios	37.757	-	(95)	141	866	38.669
Benfeitorias em imóveis de terceiros	122.090	72.496	(11.664)	(16.535)	17.162	183.549
Máquinas e equipamentos	39.512	5.848	(2.473)	190	(6.441)	36.636
Equipamentos de Informática	61.622	37.967	(18.285)	(8.520)	33.580	106.364
Instalações	121.166	15.504	(17.549)	821	(14.855)	105.087
Móveis e utensílios	160.411	18.297	(23.640)	(19.057)	(10.933)	125.078
Veículos	137.791	65.068	(29.235)	(3.485)	3.379	173.518
Imobilizado em andamento	21.292	69.508	-	(12)	(60.747)	30.041
Outros	3.789	1.179	(2.256)	(121)	20.048	22.639
	720.063	285.867	(105.197)	(45.315)	(17.941)	837.477
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de Informática	41.990	51.077	(7.158)	(16.812)	(8.724)	60.373
Veículos	15.460	-	(9.989)	(2.565)	11.158	14.064
	57.450	51.077	(17.147)	(19.377)	2.434	74.437
Total	777.513	336.944	(122.344)	(64.692)	(15.507)	911.914

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado -- Continuação

b) Consolidado -- Continuação

_	Salo	lo em 31.12.201	1	Saldo em 31.12.2010			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos	15.896	-	15.896	14.633	-	14.633	
Edifícios	101.024	(62.355)	38.669	100.778	(63.021)	37.757	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	301.403	(117.854)	183.549	225.945	(103.855)	122.090	
Máquinas e equipamentos	56.693	(20.057)	36.636	57.168	(17.656)	39.512	
Equipamentos de Informática	140.700	(34.336)	106.364	75.480	(13.858)	61.622	
Instalações	136.526	(31.439)	105.087	137.102	(15.936)	121.166	
Móveis e utensílios	153.375	(28.297)	125.078	170.647	(10.236)	160.411	
Veículos	204.257	(30.739)	173.518	140.500	(2.709)	137.791	
Imobilizado em andamento	30.041	-	30.041	21.292	-	21.292	
Outros	36.194	(13.555)	22.639	13.209	(9.420)	3.789	
	1.176.109	(338.632)	837.477	956.754	(236.691)	720.063	
Arrendamento mercantil financeiro							
Equipamentos de Informática	86.172	(25.799)	60.373	57.967	(15.977)	41.990	
Veículos	20.292	(6.228)	14.064	20.119	(4.659)	15.460	
Total	1.282.573	(370.659)	911.914	1.034.840	(257.327)	777.513	

A Companhia não identificou itens de seu ativo imobilizado que requerem o reconhecimento de uma provisão para não recuperação em 31 de dezembro de 2011.

c) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de captação de empréstimos capitalizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.343 (R\$3.669 em 31 de dezembro de 2010). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 100% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pelas empresas.

d) Testes de recuperação de ativos

Em 31 de dezembro de 2011 a companhia efetuou calculo para determinar o valor de recuperação dos ativos líquidos,com o objetivo de avaliar se ocorreu alterações no valor de seus ativos decorrentes de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas que poderiam indicar deterioração ou perda do valor recuperável "Impairment" para todas as Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Tais testes foram conduzidos de acordo com os requerimentos IFRS 36/CPC 01 de acordo com as seguintes premissas:

Evidências de deterioração do ativo (UGC)

• Valor Contábil dos Ativos (UGC) x 30% da Receita Líquida no ano.

Caso o valor do ativo seja superior ao valor obtido através do teste de evidência de deterioração a unidade geradora de caixa passa pela segunda fase de teste desta vez de forma comparativa. O valor líquido de uso é determinado pelo valor presente líquido de fluxo de caixa que será gerado pelo uso dos bens nas atividades ou na produção. Deve ser feita uma prospecção futura de receitas e deduzir os custos relacionados às receitas que serão geradas pelo método "Income Approach".

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado -- Continuação

- d) Testes de recuperação de ativos -- Continuação
 - Valor contábil do ativo (UGC) X DFC + Múltiplo de saída.

Premissas para DFC + Múltiplo de saída: taxa de desconto 10,4%; Receita futura 2012 a 2015; e Múltiplo de saída 9,5 x EBITDA do 4º ano.

Além da avaliação do valor em uso pelo Fluxo de Caixa Descontado de quatro períodos futuro mais múltiplo de saída de 9,5 EBITDA's, a Companhia de forma comparativa e para efeito de registro, refaz os cálculos de avaliação do ativo, substituindo o múltiplo de saída de 9,5 EBITDA's por fluxo de perpetuidade.

Caso seja necessário a Companhia efetua uma terceira avaliação, desta vez usando a metodologia do "Market Approach". Este método é utilizado para a determinação do valor de mercado de um ativo através da análise de transações envolvendo ativos comparáveis. A administração da companhia com base em todos os testes descritos não encontrou indicadores de deterioração do valor recuperação de ativos (UGC's). Desta forma, não houve a necessidade da constituição de provisão para não realização do ativo "Impairment".

17. Intangíveis

a) Controladora

a) <u>Controladora</u>	Saldo em 31.12.2009	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2010
Ágio	7.581					7.581
	16.568	2.655	/E 600\	-	4.496	18.090
Fundo de comérico			(5.629)			
Software e licenças	28.840	1.416	(4.182)	(1.548)	292	24.818
Provisão para não recuperação	(18.535)	-	-	16.258	-	(2.277)
	34.454	4.071	(9.811)	14.710	4.788	48.212
	Saldo em 31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Ágin	31.12.2010	Adições	Amortização -	Baixas	Transferências -	31.12.2011
Ágio Fundo de comérico	31.12.2010 7.581	Adições - -	-	_	-	31.12.2011 7.581
Fundo de comérico	7.581 18.090	-	(8.842)	(4.735)	7.615	7.581 12.128
	31.12.2010 7.581	Adições - - 158	-	_	-	31.12.2011 7.581
Fundo de comérico Software e licenças	7.581 18.090 24.818	- - 158	(8.842)	(4.735) (20.304)	7.615 3.337	7.581 12.128

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis -- Continuação

a) Controladora -- Continuação

	Sa	ldo em 31.12.20	11	Saldo em 31.12.2010			
		Amortização	_	Amortização			
<u>-</u>	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Ágio	7.581	-	7.581	7.581	-	7.581	
Fundo de comérico	56.195	(44.067)	12.128	58.891	(40.801)	18.090	
Software e licenças	3.979	(2.976)	1.003	70.130	(45.312)	24.818	
Provisão para não recuperação	-	•	-	(2.277)		(2.277)	
	67.755	(47.043)	20.712	134.325	(86.113)	48.212	

b) Consolidado

	Saldo em 31.12.2009	Adições	Aquisição de subsidiária	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2010
Ágio	7.581	_	_	_	_	_	7.581
Fundo de comércio	16.454	2.656	10.852	(5.629)	(691)	4.609	28.251
Marcas e patentes	-	-	126	-	-	-	126
Software e licenças	36.166	13.057	46.239	(7.943)	(243)	2.641	89.917
Provisão para não recuperação	(18.535)	-	-		16.258	=	(2.277)
	41.666	15.713	57.217	(13.572)	15.324	7.250	123.598

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Ágio	7.581	_	_	_	-	7.581
Fundo de comércio	28.251	7.779	(12.138)	(4.735)	7.078	26.235
Marcas e patentes	126	82	•		-	208
Software e licenças	89.917	26.286	(25.360)	(21.216)	3.293	72.920
Provisão para não recuperação	(2.277)	-	` -	` 4.35 8	(2.081)	-
	123.598	34.147	(37.498)	(21.593)	8.290	106.944

	Sa	ldo em 31.12.20	11	Saldo em 31.12.2010				
		Amortização	_		Amortização			
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido		
Ágio	7.581	_	7.581	7.581	-	7.581		
Fundo de comérico	74.574	(48.339)	26.235	69.490	(41.239)	28.251		
Marcas e Patentes	208	-	208	126	-	126		
Software e licenças	112.292	(39.372)	72.920	149.800	(59.883)	89.917		
Provisão para não recuperação	-	-	-	(2.277)	-	(2.277)		
_	194.655	(87.711)	106.944	224.720	(101.122)	123.598		
	·				·			

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis -- Continuação

c) Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

Em 31 de dezembro de 2011 a companhia efetuou calculo para determinar o valor de recuperação do ágio decorrentes de aquisição passadas cujo saldo deixou de ser amortizado a partir de 01/01/2008 com o objetivo de avaliar se ocorreu alterações no o valor dos ativos decorrentes de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas que poderiam indicar deterioração ou perda do valor recuperável "Impairment" para todas as Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). De acordo com a norma; uma unidade geradora de caixa não pode ser maior que o segmento. Para efeito de avaliação do ágio; a administração entende que a unidade geradora de caixa e equivale a entidade que por ocasião da aquisição dera origem ao ágio, exceto se tal entidade já fora incorporadora, neste caso a entidade incorporadora será designada como UGC e todos os ativos operacionais (Imobilizado liquido, marca, fundo de comercio e software) são considerados para efeito de teste. Tais testes foram conduzidos de acordo com os requerimentos IFRS 36/CPC 01 de acordo com as seguintes premissas:

Evidencias de deterioração do ativo (UGC)

O valor contábil dos ativos (UGC) x 30% da Receita líquida no ano.

Caso o valor do ágio seja superior ao valor obtido através do teste de evidência de deterioração a unidade geradora de caixa passa pela segunda fase de teste desta vez de forma comparativa. O valor líquido de uso é determinado pelo valor presente líquido de fluxo de caixa que será gerado pelo uso dos bens nas atividades ou na produção. Deve ser feita uma prospecção futura de receitas e deduzir os custos relacionados às receitas que serão geradas pelo método "*Income Approach*".

Valor contábil do ativo (UGC) X DFC + Múltiplo de saída.

Premissas para DFC + Múltiplo de saída:

Taxa de desconto 10,4%

• Receita futura 2012 a 2015

• Múltiplo de saída 9,5 x EBITDA do 4º ano.

Alem da avaliação do valor em uso pelo fluxo de caixa descontado de quatro períodos futuros, mais múltiplo de saída de 9,5 EBITDA's do 4º ano, a Companhia de forma comparativa e para efeito de registro, refaz os cálculos de avaliação do ativo, substituindo o múltiplo de saída de 9,5 EBITDA's por fluxo de perpetuidade mantendo todas as premissas da fase anterior e considera o índice de inflação como fator de subtração da taxa de desconto para obter o valor da perpetuidade.

Desta forma, não houve a necessidade da constituição de provisão para não realização do ágio "Impairment".

d) Marca.

O valor foi submetido a teste recuperável de ativos através da metodologia de *Income approach* – *Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuro. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento de perpetuo de 2,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,9%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Fundo de Comércio

Os Fundos de Comércios foram alocados na UGC. As UGCs foram submetidas ao teste recuperável de ativos através do fluxo de caixa descontado.

f) Outros Intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos

a) Composição da dívida

a) <u>odmposição da divida</u>	Controladora		Consc	lidado
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Moeda Local				
BNDES (e), (f)	4.863	21.781	43.405	41.806
IBM (f), (Nota 23)	6.815	6.810	6.815	6.810
Capital de giro	-	16.475	88.830	206.802
Financiamento ao consumidor por interveniência – CDCI (c), (d)	-	-	2.263.122	1.283.059
Arrendamento financeiro (Nota 23)	-	393	15.229	27.763
Custo de captação	-	(75)	-	(75)
Outros	-		2.347	2.084
	11.678	45.384	2.419.748	1.568.249
Moeda Estrangeira				
Capital de giro (d)	392.571	-	432.390	-
Contratos de swap (d), (g)	8.155	-	6.633	-
Custo de captação	(41)		(41)	
	400.685	-	438.982	
Circulante	412.363	45.384	2.858.730	1.568.249
Moeda Local				
BNDES (e), (f)	1.376	6.612	29.955	23.320
IBM (f), (Nota 23)	5.111	11.917	5.111	11.917
Financiamento ao consumidor por interveniência – CDCI (c), (d)	0.111	11.517	129.300	102.106
FIDCs (Nota 10)	_	_	1.184.522	1.184.387
Arrendamento financeiro (Nota 23)	_	15	31.947	15.178
7 Trondamonto initanosiro (Nota 25)	6.487	18.544	1.380.835	1.336.908
Moeda Estrangeira				
Capital de giro (d)	116.036	245.825	116.036	245.825
Contratos de swap (d), (g)	5.330	14.859	5.330	14.859
Custo de captação	-	(25)	-	(25)
	121.366	260.659	121.366	260.659
Não circulante	127.853	279.203	1.502.201	1.597.567
Total	540.216	324.587	4.360.931	3.165.816

b) <u>Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante</u>

Ano	Controladora	Consolidado
2013	127.853	1.479.549
2014	-	22.652
	127.853	1.502.201

c) Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira, realizadas pela subsidiária NCB. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, e os encargos financeiros médios cobrados são de 11,69% a.a. Nestes contratos, NCB retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados pelas instituições financeiras, tendo como garantia os direitos creditórios da NCB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos—Continuação

d) Financiamento de capital de giro, swap e financiamento ao consumidor por interveniência

	Controladora			Consolidado			
	Taxa	31.12.2011	31.12.2010	Taxa	31.12.2011	31.12.2010	
Dívida							
Moeda local							
Itaú Unibanco		-	6		-	6	
Banco do Brasil	CDI +1,5%a.m.	-	4.340	CDI + 1,5% a.m	-	4.340	
Brasdesco	CDI +1,5%a.m.	-	104	CDI + 1,5% a.m	-	104	
Alfa		-	11.040		-	11.040	
Capital de giro							
Itaú Unibanco		-	-		-	8	
Banco do Brasil		-	455	11,62% a.a*	739.255	163.510	
Bradesco		-	530	12,58% a.a*	1.041.287	657.863	
Santander		-	-	104,00% a.a. do CDI	88.830	190.317	
Safra	_	-		12,67% a.a*	611.880	564.779	
		-	16.475		2.481.252	1.591.967	
Moeda estrangeira							
Banco do Brasil	3,94% a.a e 2,25% a.a*	317.373	145.571	3,94% a.a e 2,25% a.a*	317.373	145.571	
Bradesco	2.68% a.a*	75.198	-	2,68% a.a e 3,94% a.a*	115.017	-	
Santander	4,50% a.a	116.036	100.254	4,50% a.a.	116.036	100.254	
	·	508.607	245.825	,	548.426	245.825	
Contratos de swap	-						
	104,20% a.a e			104,20% a.a e 112,30%			
Banco Brasil	112,30% a.a. do CDI	10.981	11.113	a.a. do CDI	10.981	11.113	
Bradesco	103,90% a.a. do CDI	(2.826)	-	103,90% a.a. do CDI	(4.348)	-	
Santander	110,70% a.a. do CDI	5.330	3.746	_ 110,70% a.a. do CDI	5.330	3.746	
		13.485	14.859		11.963	14.859	
Total geral	=	522.092	277.159		3.041.641	1.852.651	

^{*} Taxa Média Ponderada

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominadas em moeda estrangeira ou local. As principais operações classificadas nesta rubrica são empréstimos para financiamento do capital de giro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos—Continuação

e) BNDES

Os contratos de linha de créditos em Reais, com o BNDES, são sujeitos a indexação baseada na taxa TJLP (taxa de longo prazo), mais taxa de juros anuais, ou são denominados com base em uma cesta de moedas estrangeiras, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES, mais taxa de juros anuais fixos. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como demonstrado no quadro abaixo.

Nas captações realizadas pela Companhia constitui hipótese de vencimento antecipado a alteração do controle acionário. Referidas instituições financeiras já se manifestaram formalmente quanto ao não exercício da faculdade que lhes é assegurada quanto à declaração de vencimento antecipado.

	Período		Controladora		Consolidado	
Encargos financeiros anuais	de carência em meses	Vencimento	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
TJLP + 4,5% a.a.	3	Jan/11	-	149	-	147
TJLP + 4,5% a.a.	3	Nov/11	-	8.889	-	8.889
TJLP + 2,3% a.a.	3	Nov/11	-	1.109	-	1.109
TJLP + 2,8% a.a.	3	Nov/11	-	4.183	-	4.459
TJLP + 2,3% a.a.	3	Mai/12	2.112	4.459	2.112	4.183
TJLP + 2,8% a.a.	3	Mai/12	-	2.725	-	2.725
7% a.a.	3	Out/12	-	-	16.687	_
TJP + 2,3%	3	Jun/13	4.127	6.879	4.127	43.591
TJPL + 1,9% a.a	6	Jun/14	-	-	28.234	_
TJPL + 1,9% a.a +1% a.a.	6	Jun/14	-	-	12.106	-
TJPL + 3,5% + 1% a.a.	6	Jun/14	-	-	10.094	23
			6.239	28.393	73.360	65.126
Circulante Não circulante			4.863 1.376	21.781 6.612	43.405 29.955	41.806 23.320
Nao diidulalile			1.3/0	0.012	25.500	23.320

f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e carta de fiança para garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e Banco IBM.

g) Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norteamericanos para o Real atrelado à taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte e moeda. Todas estas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgadas na nota explicativa 19. A taxa de referência anual do CDI em 31 de dezembro de 2011 era de 11,60% (9,71% em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados, limitado a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição a riscos decorrentes da flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 (IAS 39, 32 e IFRS 7).

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

_	Controladora					
	Con	tábil	Valor Ju	usto		
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010		
Caixa e equivalentes de caixa	200.775	85.807	200.775	85.807		
Fundo de securitização	209.068	169.332	209.068	169.332		
Contas a receber	77.768	169.083	77.768	169.083		
Partes relacionadas ativo	564.470	502.823	564.470	502.823		
Partes relacionadas passivo	(450.318)	(339.862)	(450.318)	(339.862)		
Fornecedores e materiais e serviços	(509.557)	(585.764)	(509.557)	(585.764)		
Empréstimos e financiamentos	(540.216)	(324.587)	(540.216)	(324.587)		
Exposição líquida	(448.010)	(323.168)	(448.010)	(323.168)		

	Consolidado					
	Con	ıtábil	Valor J	usto		
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010		
Caixa e equivalentes de caixa	1.425.768	1.352.290	1.425.768	1.352.290		
Títulos e valores mobiliários	-	608.002	-	608.002		
Contas a receber	3.554.355	2.084.161	3.559.368	2.087.057		
Partes relacionadas ativo	579.031	628.353	579.031	628.353		
Partes relacionadas passivo	(33.200)	(297.606)	(33.200)	(297.606)		
Fornecedores e materiais e serviços	(2.857.469)	(2.442.071)	(2.857.469)	(2.442.071)		
Empréstimos e financiamentos	(4.360.931)	(3.165.816)	(4.397.360)	(3.188.917)		
Exposição líquida	(1.692.446)	(1.232.687)	(1.723.862)	(1.252.892)		

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 19 (c) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação dos ativos e passivos a valor justo está descrito na nota 19 (c).

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos abaixo:

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias
 - (i) Risco de crédito
 - <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>: de modo a minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em uma única instituição financeira, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (Vide nota explicativa 7).
 - Contas a receber: o risco de crédito relativo ao contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia e suas subsidiárias serem realizadas por meio de cartões de crédito, e quando efetua operação de venda desses recebíveis junto aos bancos e administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover-se de capital de giro. Essa venda proporciona o desreconhecimento do contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos.
 - A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
 - Vendas por cartão de crédito são substancialmente destinadas ao Globex FIDC, cujo risco se limita ao valor de quotas subordinadas detidas pela Companhia (Vide nota explicativa 10).

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente as necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge* Cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.

(iii) Risco da taxa de câmbio

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam anular o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) <u>Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas--</u>Continuação

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	Contro	ladora	Consolidado		
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	
Empréstimos e financiamentos	540.216	324.587	4.360.931	3.165.816	
(-) Caixa e equivalente de caixa	(200.775)	(85.807)	(1.425.768)	(1.352.290)	
Dívida líquida	339.441	238.780	2.935.163	1.813.526	
Patrimônio líquido	2.636.622	2.544.609	2.675.515	2.568.881	
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.976.063	2.783.389	5.610.678	4.382.407	

(v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Empréstimos e financiamentos
Instrumentos financeiros derivativos
Arrendamento mercantil financeiro
Saldo em 31.12.2010

Co	nitroladora		Consolidado				
Menos de 1	De 1 a 5		Menos de 1	De 1 a 5			
ano	anos	Total	ano	anos	Total		
24.009	310.746	334.755	1.729.987	443.842	2.173.829		
-	17.920	17.920	-	17.920	17.920		
7.247	14.470	21.717	34.873	29.603	64.476		
31.256	343.136	374.392	1.764.860	491.365	2.256.225		

Concolidado

Saldo em 31.12.2011
Arrendamento mercantil financeiro
Instrumentos financeiros derivativos
Empréstimos e financiamentos

Co	ontroladora			Consolidado	
Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
404.961	133.982	538.943	3.069.970	303.580	3.373.549
8.316	6.083	14.399	9.304	6.083	15.387
7.160	5.516	12.676	22.447	37.340	59.787
420.437	145.581	566.018	3.101.721	347.003	3.448.724

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) <u>Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas</u> controladas--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

As operações de *swap* são classificadas como *hedges* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólar norte-americano), convertendo as dívidas para moeda local. Esses contratos montam, em 31 de dezembro de 2011, um valor de referência de R\$481.810 (R\$250.814 em 31 de dezembro de 2010). Estas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, são realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

As operações de *swap* realizadas pela Companhia são substancialmente relacionadas a empréstimos em moeda estrangeira, visando transformar taxas de juros fixas e variáveis por taxas variáveis (CDI). Esses instrumentos são classificados como contabilização de *hedge*, conforme requerimento do CPC 38.

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores ("*caps*"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada quando da sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura (*"hedge accounting"*), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo.

		Consolidado			
		31.12.20)11	31.12.20	010
<u> </u>	Taxas %	Valor referência	Valor Justo	Valor referência	Valor Justo
Hedge de valor justo					
Objeto de hedge (dívida)		(481.810)	(549.258)	(250.814)	(245.825)
Posição Ativa					
Banco do Brasil	USD + Pré 3,94% a.a.	150.629	169.284	150.814	147.164
Santander	USD + Pré 4,5% a.a.	100.000	118.163	100.000	102.091
Bradesco	USD + Pré 2,28% a.a. e 2,68%	100.000	116.146	-	-
Banco do Brasil 2	USD + Pré 2,25% a.a.	131.181	150.419	-	-
		481.810	554.012	250.814	249.255
Posição passiva					
Banco do Brasil	112,3% do CDI	(150.629)	(185.364)	(150.814)	(158.277)
Santander	110,7% do CDI	(100.000)	(123.493)	(100.000)	(105.837)
Bradesco	103,9% do CDI	(100.000)	(111.799)	-	-
Banco do Brasil 2	104,2% do CDI	(131.181)	(145.319)	-	-
		(481.810)	(565.975)	(250.814)	(264.114)
		(481.810)	(561.221)	(250.814)	(260.684)
Posição <i>swap</i> líquida		-	(11.963)	- -	(14.859)

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

- a) <u>Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas</u> subsidiárias--Continuação
 - (v) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$11.963 (R\$14.859 em 31 de dezembro de 2010) e está registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos".

Os efeitos do *hedge* de valor justo no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram de perda no valor de R\$(9.967) (em 31 de dezembro de 2010 ganho de R\$9.690).

(vi) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção de fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas da BM&FBovespa e descontando-os ao valor presente, usando taxas do CDI para *swaps* divulgados pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

As Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável (cenário I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos derivativos e os instrumentos financeiros correspondentes na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)

		Projeção de Mercado		
Operações	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	Aumento do USD	(649.462)	(811.827)	(974.192)
Swap (ponta ativo em USD)	Aumento do USD	655.036	818.794	982.553
	Efeito líquido	5.574	6.967	8.361
	•			
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(466.279)	(547.983)	(553.766)
Efeito líquido total			(80.311)	(84.700)
, , , ,	'		(547.983)	(553.766)

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

- b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação
 - (ii) Outros instrumentos financeiros

			Pr	ojeção de Merca	do
Operações	Risco	31.12.2011	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Bancários	100% CDI	3.753.529	4.484.056	5.488.060	6.877.562
Arrendamento Mercantil	100% CDI	(47.054)	(56.212)	(68.798)	(86.217)
Globex FIDC	107,75% CDI	1.Ì84.52Ź	1.415.059	1.731.898́	2.Ì70.39Í
Aplicações Financeiras	93,61% e 100% CDI	1.425.768	1.589.917	1.816.421	2.124.841
Exposição líquida total e deterioração comparada com					
o saldo contabilizado		6.316.765	_	8.967.581	11.086.577

Premissas sobre sensibilidade

A exposição líquida da Companhia corresponde à dívida em CDI e o efeito líquido total representa a deterioração dos cenários II e III em relação ao cenário I, o qual é considerado o mais provável pela Companhia.

A Companhia projetou juros e taxas do dólar norte-americano futuros, obtidas junto à BM&FBovespa na data de vencimento de cada contrato, considerando um aumento de 25% no cenário II e um aumento de 50% para o cenário III.

Para calcular a exposição líquida, todos os derivativos foram considerados pelo seu valor justo nas respectivas datas de vencimento, bem como as dívidas relativas a elas (operações que foram aplicadas a contabilização de *hedge*) e outros instrumentos financeiros da Companhia.

c) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos abaixo:

Mensuração do valor justo na data do relatório

	31.12.2011	Preços orçados em mercados ativos para instrumentos idênticos(Nível 1)	Outros insumos significativos observáveis (Nível 2)
Swaps de taxa de juros entre moedas	(11.963)	-	(11.963)
Caixa e equivalentes de caixa	1.425.768	1.425.768	-
Empréstimos e financiamentos	(4.397.360)	<u> </u>	(4.397.360)
_	(2.983.555)	1.425.768	(4.409.323)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro abaixo:

Em abertos				valor a (pagar) ou a receber Valor J				
Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimento	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Swap cambiais	Santander	\$ 57.471	16/04/2010	10/04/2013	(5.680)	(9.121)	(5.330)	(3.746)
registrados na CETIP	Banco do Brasil	\$ 84.000	31/03/2010	12/03/2012	(16.320)	(19.317)	(16.080)	(11.113)
	Bradesco	\$ 38.892	07/01/2011	04/01/2012	3.423	-	4.348	-
	Banco do Brasil	\$ 78.500	09/02/2011	03/02/2012	4.964	-	5.099	<u>-</u>
				Total	(13.613)	(28.438)	(11.963)	(14.859)

20. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

a) <u>Impostos e contribuições a recolher</u>

	Controla	dora	Consol	idado
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
PIS e COFINS a pagar Provisão para imposto de renda e	15.684	12.165	79.201	68.522
contribuição social	4.773	3.159	151.052	18.415
ICMS a pagar	-	-	-	56.740
Outros	4.116	6.455	10.050	10.118
	24.573	21.779	240.303	153.795

b) Parcelamentos

	Controla	dora	Consoli	dado
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Tributos federais	31.636	67.712	13.744	68.370
Previdenciários	13.744	17.441	32.192	18.523
	45.380	85.153	45.936	86.893
Compensações por prejuízos fiscais	-	(31.033)	-	(31.032)
Baixa por pagamento		(3.106)		(3.124)
		(34.139)		(34.156)
Circulante Não circulante	3.396 41.984	824 50.190	3.579 42.357	970 51.767

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Impostos de renda e contribuição social

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	36.597	(107.838)	158.339	(112.357)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(12.443)	36.665	(53.835)	38.201
Equivalência patrimonial	74.060	(4.727)	5.408	4.352
Resultado líquido do REFIS lei 11.941/09	-	4.864	-	4.864
Outras diferenças permanentes não dedutíveis	(7.749)	7.879	(6.058)	(870)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	53.868	44.681	(54.485)	46.547
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(121.446)	(17.298)
Diferido	53.868	44.681	66.961	63.845
Despesas de imposto de renda e contribuição social	53.868	44.681	(54.485)	46.547
Taxa efetiva	147,2%	22,1%	-34.4%	41.4%

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Conso	lidado
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Prejuízos e base negativa	247.493	204.551	275.658	286.181
Provisão para contingência e outros	102.452	80.185	107.358	97.882
Provisão para <i>swaps</i> de taxa de juros	513	4.509	1.358	4.509
Provisões para devedores duvidosos	6.601	7.044	80.823	63.233
Benefício fiscal de ágio sobre incorporação reversa	215.013	258.015	215.013	258.015
Ajuste a valor presente de ativos e passivos qualificados	-	-	3.265	(269)
Depreciação/amortização de imobilizado e intangível	-	-	(21.612)	(7.697)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(4.867)	(4.511)
Provisão para despesas correntes	-	-	59.466	-
Outros	44.744	8.644	77.296	26.600
	616.816	562.948	793.758	723.943

Nota: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32 (IAS 12).

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Impostos de Renda e Contribuição Social--Continuação

c) Reconciliação das despesas de imposto de renda diferido e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos cinco anos, conforme indicado a seguir:

Exercício social	Controladora	Consolidado
2012	129.040	294.400
2013	97.632	96.400
2014	113.332	112.100
2015	120.332	119.100
2016 em diante	156.480	171.758
	616.816	793.758

Em atendimento ao CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

22. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir os prejuízos considerados prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia e é declarada descontados os depósitos judiciais correspondentes, como mostrado abaixo:

a) Controladora

	PIS/COFINS	Fiscais outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldos em 31.12.2009	100.388	35.941	26.603	53.708	216.640
Adições	-	2.674	2.640	2.874	8.188
Pagamentos	-	(17.100)	-	(9.621)	(26.721)
Reversões	-	-	(4.972)	(2.200)	(7.172)
Transferências	-	11.749	1.858	5.475	19.082
Atualização monetária	3.348	1.353	2.828	3.737	11.266
Parcelamento Lei 11.941	(71.134)	(8.150)	-	-	(79.284)
Saldos em 31.12.2010	32.602	26.467	28.957	53.973	141.999

	PIS/COFINS	Fiscais outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldos em 31.12.2010	32.602	26.467	28.957	53.973	141.999
Adições	2.235	9.484	14.356	56.006	82.081
Pagamentos	-	(4.804)	(1.216)	(4.152)	(10.172)
Reversões	(2.723)	(16.496)	(14.123)	(56.197)	(89.539)
Atualização monetária	2.258	9.558	1.511	7.438	20.765
Saldos em 31.12.2011	34.372	24.209	29.485	57.068	145.134

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

b) Consolidado

	PIS/COFINS	Fiscais outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldos em 31.12.2009	100.388	35.944	27.702	78.830	242.864
Adições	64	5.165	3.729	12.072	21.030
Pagamentos	-	(17.100)	(57)	(34.802)	(51.959)
Reversões	-	-	(4.972)	(2.200)	(7.172)
Transferências	-	11.748	1.919	5.476	19.143
Atualização monetária	3.348	1.352	2.902	3.747	11.349
Parcelamento Lei 11.941	(71.198)	(10.576)	-	=	(81.774)
Saldos em 31.12.2010	32.602	26.533	31.223	63.123	153.481
	PIS/COFINS	Fiscais outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldos em 31.12.2010	32.602	26.533	31.223	63.123	153.481
Adições	2.235	9.484	15.353	68.083	95.155

	PIS/COFINS	Fiscals outros	i rabainistas	Civeis e outros	ıotaı
Saldos em 31.12.2010	32.602	26.533	31.223	63.123	153.481
Adições	2.235	9.484	15.353	68.083	95.155
Pagamentos	-	(4.804)	(1.904)	(13.099)	(19.807)
Reversões	(2.723)	(16.498)	(16.584)	(56.872)	(92.677)
Atualização monetária	2.258	9.558	2.831	9.276	23.923
Saldos em 31.12.2011	34.372	24.273	30.919	70.511	160.075

c) Tributárias

As demandas tributárias são indexadas pelo Sistema Especial de Liquidação de Custódia ("SELIC"), 11,04% em 31 de dezembro de 2011 (9,37% em 31 de dezembro de 2010), e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Processos tributários fiscais estão sujeitos a atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. A atualização monetária é exigida por lei para todos os montantes tributários, inclusive a provisão para demandas judiciais.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

PIS e COFINS

Compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS, com créditos fiscais de IPI no montante de R\$34.372 em 31 de dezembro de 2011 (R\$32.602 em 31 de dezembro de 2010), adquiridos da Nitriflex S.A. (transferidos à Companhia com base em decisão transitado em julgado), que face a alteração de entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF quanto ao direito do crédito de IPI, nossos consultores jurídicos externos recomendaram, em 2009, a constituição de provisão diante dessas alterações jurisprudenciais que tiveram lugar naquele exercício.

Majoração da alíquota de ICMS

Majoração da alíquota de ICMS em 1% da alíquota de ICMS, instituída pelo Estado do Rio de Janeiro – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, no montante de R\$20.147 em 31 de dezembro de 2011 (R\$11.749 em 31 de dezembro de 2010), cujos valores estão depositados integralmente.

Previdenciária

Montante do saldo é composto por cobrança de contribuição previdenciária em favor do INCRA no montante de R\$299 em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.101 em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

d) Trabalhistas e previdenciárias

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha uma provisão de R\$30.919 (R\$31.223 em 31 de dezembro de 2010) avaliadas como risco provável. Os processos cuja perda é considerada possível pelos assessores jurídicos da Companhia é de R\$46.942 em 31 de dezembro de 2011 (R\$20.066 em 31 de dezembro de 2010). Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ('TR') 0,96% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (0,68% em 31 de dezembro de 2010) mais juros mensais de 1%. Em 31 de dezembro de 2011 há depósitos judiciais relacionados no montante de R\$46.942.

e) Cíveis e Outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Dentre estes processos, destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde diversas ações em que se pede a revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas. Nestas ações, é fixado pelo Juiz de Direito um valor provisório de aluguel, o qual passa a ser pago pelas lojas, até que se defina, em laudo e sentença, o valor final da locação. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e o definido provisoriamente nestas ações. Em outras ações, a Companhia constitui provisão da diferença entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele pleiteado pela parte contrária da ação, baseado em laudo do assistente técnico da parte contrária. Em 31 de dezembro de 2011, o montante da provisão para essas ações é de R\$6.961, para as quais não há depósitos judiciais (R\$6.138 em 31 de dezembro de 2010).
- A Companhia é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$50.017 em 31 de dezembro de 2011 (R\$35.084 em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas totalizando um montante de R\$493.652 em 31 de dezembro de 2011 (R\$293.190 em 31 de dezembro de 2010), e são relacionados principalmente a:

Fiscais

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF e INSS Processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo fisco, gerados em função de créditos advindos de êxito em processos judiciais; referentes à divergência de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$204.931 em 31 de dezembro de 2011 (R\$143.994 em 31 de dezembro de 2010);
- ICMS, IPI, ISS e taxas Autuações fiscais objetivando tributar receitas decorrentes da comercialização de garantia estendida, diferenças de informações transmitidas para Fazenda Estadual, bem como, visando rever a apropriação de créditos: a) mercadorias adquiridas de fornecedores que gozam de benefícios fiscais nos estados onde estão situados, b) aquisição de produtos de informática e automação com benefício fiscal, c) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o fisco, d) diferença de classificação fiscal, e) outros de menor expressão. O montante envolvido nas referidas autuações perfaz a importância aproximada de R\$218.354 em 31 de dezembro de 2011 (R\$98.625 em 31 de dezembro de 2010). Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. A diferença dos valores se justifica em razão de atualização e processos novos.

Cíveis

- A Companhia é parte em ações imobiliárias onde pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com os valores praticados no mercado;
- Ações cíveis públicas ajuizadas pelo Ministério Público versando sobre direitos do consumidor;
- Processos administrativos instaurados pelos PROCONs em alguns estados onde exerce as suas atividades.

O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$16.393 em 31 de dezembro de 2011 (R\$21.515 em 31 de dezembro de 2010).

Adicionalmente, destacamos uma Ação Indenizatória ajuizada por ex-fornecedor de serviços (Transmelhado), decorrente de rescisão contratual, que concentra o montante de R\$10.767 em 31 de dezembro de 2011 (R\$8.990 em 31 de dezembro de 2010). No quarto trimestre de 2011 nossos consultores jurídicos externos reavaliaram esse processo para possível com base em laudo pericial arquivado ao processo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas cujos pedidos versam sobre desvio de função, danos morais, horas extras pleiteadas por colaboradores ocupantes de cargos gerenciais, as quais são consideradas como sendo possíveis de perda, tendo em vista a existência de decisões conflitantes sobre os temas. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$46.942 em 31 de dezembro de 2011 (R\$20.066 em 31 de dezembro de 2010).

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, em 31 de dezembro de 2011 o valor dos depósitos judiciais era de R\$122.022 (R\$142.663 em 31 de dezembro de 2010).

h) Garantias

A Companhia ofereceu garantias em algumas ações civis, trabalhistas e tributárias, como visto a seguir:

Ações	Imóveis	Equipamentos	Garantia	Total
Tributárias	11.584	208	82.306	94.098
Trabalhistas	-	-	2.118	2.118
Cíveis e outras	-	577	4.234	4.811
Total	11.584	785	88.658	101.027

i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalização em período que variam entre 5 e 30 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Operações de arrendamento mercantil

a) Compromissos e obrigações

	Controladora		Consc	lidado
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Passivo bruto de arrendamento mercantil operacional				•
Pagamentos mínimos de aluguéis				
Menos de 1 ano	106.281	82.910	469.848	378.588
De 1 ano a 5 anos	100.755	146.377	1.009.316	984.676
Mais de 5 anos	26.868	107.742	2.008.564	2.180.364
	233.904	337.029	3.487.728	3.543.628

Os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, refere-se ao período contratual do curso normal da operação. Esta obrigação é apresentada no quadro acima, como requerido no CPC 06 (IAS 17).

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 31 de dezembro de 2011, o montante de multa seria de R\$825.585 (R\$325.585 em 31 de dezembro de 2010).

(i) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguel adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Pagamentos contingentes considerados				
como despesas durante o exercício	27.166	25.515	30.774	25.515

(ii) Cláusulas com opção de renovação ou reajuste

Os prazos dos contratos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a lei de inquilinato. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Operações de arrendamento mercantil -- Continuação

b) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$47.176 em 31 de dezembro de 2011 (R\$42.941 em 31 de dezembro 2010), de acordo com a tabela abaixo:

	Controladora		a Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Passivo de arrendamento mercantil financeiro – pagamentos mínimos de aluguel				
Menos de 1 ano	-	393	15.229	27.763
De 1 a 5 anos	-	=	31.947	15.177
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	-	393	47.176	42.940
Encargos futuros de financiamento	-	15		11
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	-	408	47.176	42.941

24. Receita antecipada

A Companhia e sua subsidiária NCB receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Garantias complementares ou estendidas Contrato Finasa	13.097	20.378	446.747 1.714	245.716
	13.097	20.378	448.461	245.716
Circulante Não circulante	11.167 1.930	11.906 8.472	67.055 381.406	63.021 182.695

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores serão reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	31.12.2011			
	Controladora	Consolidado		
2013	1.930	60.438		
2014	-	63.188		
2015	-	68.244		
2016	-	73.703		
2017	-	79.599		
2018	<u> </u>	36.234		
	1.930	381.406		

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido

a) Capital

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 era de R\$2.895.453 e estava representado por 322.687.786 ações ordinárias sem valor nominal.

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas poderão, a qualquer momento, converter nossas ações ordinárias em ações preferenciais, desde que tais ações ordinárias estejam totalmente integralizadas e que o total de ações preferenciais de emissão não exceda o limite legal. Os pedidos de conversão devem ser apresentados por escrito à nossa Diretoria Executiva e, posteriormente, ratificados na próxima Reunião do Conselho da Administração.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não mantinha ações de sua própria emissão em tesouraria.

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

d) Reserva especial Lei 8.200/91 – artigo 2º e reservas de incentivos fiscais

Reserva especial constituída com base na correção monetária especial das contas do ativo permanente de acordo com índice oficial, que refletia a variação geral de preços a nível nacional e reservas de incentivos fiscais diversos aderidos pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de capital - Reserva especial de ágio

O valor registrado em reserva especial em decorrência da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia, que continha o ágio gerado pela aquisição de Globex por GPA. Nos termos da Instrução CVM Nº 319, o ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66% de forma a remanescer o benefício tributário aprovada pela assembléia geral realizada em 22 de dezembro de 2009, será amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. No entanto, conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 05 de outubro de 2010 (aprovado em assembléia geral extraordinária realizada em 09 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização passará a ser capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Globex.

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

f.1) Globex Utilidades S.A.

A Companhia mantém um plano de opção de ações ordinárias, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 4 de janeiro de 2008 e retificado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2008.

O Plano tem o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Globex, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Companhia, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, oferecendo aos tais executivos e empregados, como forma de incentivo e vantagem adicional, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

f.1) Globex Utilidades S.A.

São elegíveis para participar do Plano, os diretores estatutários e empregados aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (os "Beneficiários"). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e no Contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia.

Também poderão ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria, mediante comunicação à Comissão de Valores Mobiliários — CVM. As opções outorgadas com base no Plano são pessoais e intransferíveis.

O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembléia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa.

De acordo com o Plano, as opções outorgadas representam o máximo de 1.794.880 ações ordinárias de emissão da Companhia e o preço de exercício de R\$25,35 para o Programa 1 e R\$17,02 para o Programa 2 (agrupamento definidos como "Programas 2008").

Diluição Potencial das Opções	Quantidade de ações	Preço de exercício
Programa 1	1.408.290	R\$25,35
Programa 2	386.590	R\$17,02
Total	1.794.880	
Ações em tesouraria	-	
Necessidade de aumento de capital (1)	1.794.880	
Quantidade de ações em 31.12.2011 (2)	322.687.786	
Potencial de diluição = (1)/(2)	0,56%	

O valor justo dos "Programas 2008" foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Dados da outorga
Volatilidade atualizada esperada	47,6%
Duração do programa em anos	3,46
Taxa livre de risco	De 11,18% a 13,65%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$17,57 a R\$21,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

- f) Plano de remuneração baseada em ações--Continuação
 - f.1) Globex Utilidades S.A.--Continuação

A tabela abaixo demonstra os valores por lote reconhecidos no resultado da Companhia, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores que seriam reconhecidos nos exercícios subsequentes.

	Despesas exercícios fin	incorridas idos em 31 de		ladora nos
<u>Plano de Opção</u>	2008	2009	2010	2011
Pagamento baseado em ações 1º lote	3.436	2.995	-	_
2º lote	2.425	3.126	2.118	-
3º lote	1.946	2.514	2.514	1.699
	7.807	8.635	4.632	1.699

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzida. Desta forma, os valores referentes às despesas a serem apropriadas foram atualizados. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas.

A tabela abaixo demonstra os novos valores a serem considerados:

	nos exercícios findo dezembro:	
Plano de Opção	2010	2011
Pagamento baseado em ações		
2º lote	458	238
3º lote	210	75
	668	313

A primeira data de exercício das referidas opções foi efetuado em setembro de 2009 e a última em setembro de 2011. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi registrado no resultado da Companhia, o montante de R\$313 (R\$668 em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

- f) Plano de remuneração baseada em ações--Continuação
 - f.2) Plano de Remuneração Baseada em Ações Nova Pontocom

A subsidiária Nova Pontocom mantém um plano de outorga de opções de ações com o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Companhia, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Companhia, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, oferecendo aos tais executivos e empregados, como forma de incentivo e vantagem adicional, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Companhia.

São elegíveis para participar do Plano, executivos indicado pelo Conselho de Administração da Companhia (os "Beneficiários"). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e no Contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de: (i) emissão através de aumento do capital da Companhia ou (ii) compra e venda, caso encontrem-se em tesouraria.

O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembléia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa. A outorga das opções do 1º. Programa ocorreu em 08 de novembro de 2010, conforme segue:

Diluição Potencial das Opções	Quantidade de ações	Preço de exercício
Tranche 1	141.381	R\$ 5,49
Tranche 2	20.197	R\$ 5.81
Tranche 3	20.197	R\$ 6.11
Tranche 4	20.197	R\$ 6,13
Tranche 5	20.197	R\$ 6,14
Tranche 6	20.197	R\$ 6,15
Tranche 7	20.198	R\$ 6,15
Tranche 8	20.198	R\$ 6,14
Quantidade de ações em 30.09.2011 (1)	282.762	= ' '
Ações em tesouraria (2)	282.762	=
Total de ações Nova Pontocom (3)	28.000.000	_
Potencial de diluição = (1-2)/(3)	0%	_

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

- f) Plano de remuneração baseada em ações--Continuação
 - f.2) Plano de Remuneração Baseada em Ações Nova Pontocom

O valor justo das Tranches foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Dados da outorga
Volatilidade atualizada esperada	56,8%
'	50% Exercido na data da
D uração do programa em anos	outorga e 7,1 %
Taxa livre de risco	De 10,72% a 11,90%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$ 5,49 a R\$ 6,15

A tabela abaixo demonstra os valores por lote que seriam reconhecidos no resultado da Companhia, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores que seriam reconhecidos nos exercícios subsequentes.

Despesas incorridas e a incorrer na controladora nos exercícios findos			
em 31 de dezembro de:			

	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Tranche 1	4.674	-	-	-	-	4.674
Tranche 2	222	443	-	-	-	665
Tranche 3	111	553	-	-	-	664
Tranche 4	74	445	148	-	-	667
Tranche 5	56	336	280	-	-	672
Tranche 6	45	270	270	90	-	675
Tranche 7	38	226	226	189	-	679
Tranche 8	32	195	195	195	65	682
	5.252	2.468	1.119	474	65	9.378

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzida. Desta forma, os valores referentes às despesas a serem apropriadas foram atualizados. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas e estão sendo tratadas de forma prospectiva.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a despesa registrada no resultado da Companhia foi de R\$2.469 (R\$4.086 em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(352.493)	(379.299)	(1.647.651)	(528.190)
Serviços de terceiros	(412.810)	(245.252)	(1.973.939)	(586.044)
Outras despesas	(25.203)	(61.410)	(393.816)	(188.929)
	(790.506)	(685.961)	(4.015.406)	(1.303.163)
Despesas gerais e administrativas Despesas com pessoal Serviços de terceiros Impostos, taxas e contribuições Material de consumo Outras despesas	(73.590) (84.250) (1.344) (570) (6.059) (165.813)	(47.024) (6.721) (4.825) (1.081) (2.038) (61.689)	(572.838) (351.376) (4.659) (1.460) (10.251) (940.584)	(161.025) (65.039) (6.968) (1.938) (17.998) (252.968)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Conso	lidado
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Taxa de permanência	82	1.329	82	1.329
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(32.742)	(2.074)	(15.372)	(886)
Contingências	-	278	-	283
Baixa depósitos judiciais	12.000	(45.209)	12.000	(45.209)
Baixa de ativos/projetos descontinuados	-	16.258	-	16.258
Resultado Lei 11.941 - Parcelamento	-	(12.419)	-	(12.767)
Ativo indenizatório constituído junto à controladora	18.200	84.750	-	85.138
Reversão de provisão de reestruturação	(75.798)	5.763	(98.176)	5.763
Outros	3.573	(38.755)	(23.942)	(40.913)
	(74.685)	9.921	(125.408)	8.996

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros – BNDES	(1.411)	(3.704)	(1.411)	(3.704)
Juros sobre empréstimos	(14.901)	6.930	(252.476)	5.647
Operações de <i>swap</i>	13.489	(28.438)	14.407	(28.438)
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(10.571)	9.690	(9.967)	9.690
Juros capitalizados	1.343	(3.669)	1.343	(3.669)
Securitização de recebíveis	(110.285)	(164.219)	(153.373)	(337.192)
Antecipação de recebíveis de cartão de crédito	(21.529)	-	(386.320)	-
Encargos financeiros sobre contingências e impostos	(16.200)	(29.667)	(17.956)	(29.863)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	(21)	(6.702)	(723)
Impostos sobre operações financeiras e serviços				
bancários	(379)	(7.165)	(58.200)	(16.353)
Variação cambial passiva	(28.539)	-	(37.110)	-
Juros mútuos sobre empréstimos	(5.939)	(18.883)	(407)	(8.535)
Outras despesas financeiras	(11.355)	(5.677)	(39.891)	(36.469)
Total das despesas financeiras	(206.277)	(244.823)	(948.063)	(449.609)
Receitas financeiras:				
Juros sobre caixa e disponibilidades	10.047	2.050	98.724	3.314
Descontos financeiros obtidos	2.724	842	65.041	7.154
Encargos financeiros sobre impostos e depósitos		•	-	
judiciais	14.765	9.860	19.601	9.980
Ajuste a valor presente	-	-	649	-
Juros sobre mútuos ativos	46.225		46.160	-
Cotas subordinadas FIDC	19.587	-	19.587	-
Variação cambial ativa	-	-	4.565	-
Outras receitas financeiras	134	7.459	1.851	13.890
Total das receitas financeiras	93.482	20.211	256.178	34.338
Resultado financeiro	(112.795)	(224.612)	(691.885)	(415.271)

29. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações emitidas em pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

No Brasil, as ações preferenciais e ordinárias conferem diferentes direitos a voto e liquidação.

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o exercício.

A Companhia concedeu aos funcionários plano de remuneração baseado em ações (Vide nota explicativa 25), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação--Continuação

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A tabela abaixo apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Numerador básico				
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	90.465	90.465	(63.157)	(63.157)
Lucro líquido (prejuízo) alocado disponível para				
acionistas ordinários e preferenciais	90.465	90.465	(63.157)	(63.157)
Denominador básico (em milhares de ações)				
Média ponderada da quantidade de ações	322.688	322.688	152.425	152.425
Lucro (prejuízo) básico por milhares de ações	0,28		(0,41)	
Edicio (prejuizo) basico por miniares de ações	0,20		(0,41)	
Numerador diluído				
Lucro (prejuízo) alocado e não distribuído	90.465	90.465	(63.157)	(63.157)
Lucro líquido (prejuízo) alocado disponível para				
acionistas ordinários e preferenciais	90.465	90.465	(63.157)	(63.157)
Denominador diluído				
Média ponderada das quantidades de ações (milhares)	322.688	322.688	152.425	152.425
Média ponderada diluída das ações (milhares)	322.688	322.688	152.425	152.425
Lucro (prejuízo) diluído por milhares de ações	0,28		(0,41)	

30. Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

Em janeiro de 2011 as operações da Loja Extra Eletro foram transferidas do GPA para a Companhia, a Companhia manteve a manutenção do plano de previdência privada complementar de contribuição definida para esses funcionários, o qual continua sendo administrado pela instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. A Companhia faz contribuições mensais em nome de seus funcionários. As contribuições realizadas pela Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$35 e as contribuições dos funcionários totalizaram R\$45. O plano contava com 11 participantes em 31 de dezembro de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Cobertura de seguro

A cobertura, em 31 de dezembro de 2011, é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros, e pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	6.222.007
Lucro	Lucros cessantes	541.405
Automóveis e outros	Perdas e danos	331.926

A Companhia também mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$94.

32. Informações sobre os segmentos

A Administração possui dois segmentos, como segue:

- Eletrodomésticos Inclui as bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia
- Comércio eletrônico Inclui os sites www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br

A administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras consolidadas. O financiamento da Globex (inclusive custos financeiros e receita financeira) e impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia tem operações de lojas de eletrodomésticos localizadas em 13 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos dois segmentos. Esses dois segmentos são identificados com base na descentralização da administração dos negócios e incluem o segmento de Eletrodomésticos, que é composto por lojas legadas da Companhia e aquisições totalmente integradas que operam principalmente sob as marcas "Ponto Frio" e "Casas Bahia" e o segmento de Comércio eletrônico, que inclui os sites: www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br. Os segmentos operacionais não foram somados para formar os segmentos passíveis de divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Informações sobre os segmentos--Continuação

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

_	Saldos em 31.12.2011			
Descrição	Eletrodomésticos	Comércio eletrônico	Total	
Receita líquida de vendas	17.827.516	3.189.200	21.016.716	
Lucro bruto	5.558.397	490.500	6.048.897	
Depreciação de amortização	(125.765)	(7.417)	(133.182)	
Despesas financeiras	(816.192)	(131.871)	(948.063)	
Receita financeira	254.307	1.871	256.178	
Lucro operacional	662.621	171.696	834.317	
Resultado da Equivalência Patrimonial	15.907	-	15.907	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e				
contribuição social	116.643	41.696	158.339	
Imposto de renda e contribuição social	(39.623)	(14.862)	(54.485)	
Lucro (prejuízo) do exercício	77.022	26.832	103.854	
Ativo circulante	7.554.845	847.118	8.401.963	
Ativo não circulante	3.152.689	120.278	3.272.967	
Passivo circulante	5.988.761	888.716	6.877.477	
Passivo não circulante	2.121.200	738	2.121.938	

	Saldos em 31.12.2010		
Descrição	Eletrodomésticos	Comércio eletrônico	Total
Receita líquida de vendas	6.903.714	1.702.328	8.606.042
Lucro bruto	1.627.189	276.574	1.903.763
Depreciação de amortização	(64.346)	(2.167)	(66.513)
Despesas financeiras	(376.149)	(73.460)	(449.609)
Receita financeira	34.023	315	34.338
Lucro operacional	212.743	77.372	290.115
Resultado da Equivalência Patrimonial	12.799	-	12.799
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e			
contribuição social	(116.584)	4.227	(112.357)
Imposto e renda e contribuição social	51.880	(5.333)	46.547
Lucro (prejuízo) do exercício	(64.704)	(1.106)	(65.810)
Ativo circulante	7.131.628	510.370	7.641.998
Ativo não circulante	2.090.405	72.282	2.162.687
Passivo circulante	4.715.670	533.839	5.249.509
Passivo não circulante	1.986.126	169	1.986.295

- As eliminações são compostas por saldos entre as companhias;
- Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2010, incluem 2 (dois) meses com as operações da Nova Casa Bahia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Eventos subsequentes

a) Emissão de debêntures

Em 27 de janeiro de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$400.000, as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476/2009.

Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento da Companhia.

As características e condições da emissão da debênture são:

Descrição	3ª emissão
Emissora	Globex Utilidades S.A.
Garantidora	Companhia Brasileira de Distribuição.
Coordenador	Banco Itaú BBA S.A.
Título	Debênture em regime de garantia firme de colocação nos termos da Instrução CVM nº n476 de janeiro de 2009.
Valor da emissão	R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais)
Destinação dos recursos	Alongamento do perfil de dívida e capital de giro.
Espécie	Quirografária.
Garantias	Fidejussória.
Séries	Série única.
Regime de colocação	Garantia firme no volume total de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).
Valor nominal únitário	R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Data da emissão	A ser definida.
Prazo:	42 meses.
Forma de amortização	Amortização do montante total na data de vencimento, ao final do 42º (quadragésimo segundo) mês.
Remuneração	Variação da Taxa DI Over, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A., acrescido exponencialmente de <i>spread</i> equivalente a 1,00% (um por cento) ao ano.
Pagamento da remuneração	Semestral.
Repactuação	Não haverá.

b) Alteração de denominação social

Em 15 de fevereiro de 2012, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a alteração da denominação social da companhia Globex Utilidades S.A. para **Viavarejo S.A.**, com a consequente alteração do artigo 1º do seu estatuto social.